



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

MARIA BEATRIZ MOREIRA DANTAS

**CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS
NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA (PB)**

**CAJAZEIRAS-PB
2022**

MARIA BEATRIZ MOREIRA DANTAS

**CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS
NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA (PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito parcial para a obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Medeiros de Araújo.

**CAJAZEIRAS-PB
2021**

D192c Dantas, Maria Beatriz Moreira.
Circuito inferior da economia e atividades não agrícolas na zona rural do município de Santa Helena (PB) / Maria Beatriz Moreira Dantas. - Cajazeiras, 2022.
48f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Medeiros de Araújo.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2022.

1. Circuito inferior. 2. Comunidades rurais. 3. Pequeno comércio. 4. Economia. 5. Atividades não agrícolas. I. Araújo, Luciana Medeiros de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 911.3:33

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

MARIA BEATRIZ MOREIRA DANTAS

**CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS
NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA (PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito parcial para a obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Medeiros de Araújo.

Monografia apresentada e aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Medeiros de Araújo (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof. Ms. Marcos Assis Pereira (Examinador)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof^ª. Dr^ª Cícera Cecília Esmeraldo Alves (Examinadora)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

A finalidade do dinheiro é criar desigualdade social. Não teremos paz na Terra enquanto o governo for o ouro e a prata.

Mister John

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, agradecer a Deus pela força e coragem de continuar em busca deste objetivo, mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante todo o período do curso. A minha família pelo incentivo e apoio para que fosse possível realizar meus objetivos, aconselhando-me nos momentos certos. Agradeço a minha mãe, Maria Moreira Dantas, por toda força que ela me deu ao longo de toda a minha vida.

Agradeço a Prof.^a. Dr.^a. Luciana Medeiros de Araújo, minha orientadora, por ter aceitado o desafio com muita dedicação e profissionalismo. Muito obrigada pelos incentivos, e pelas discussões teórico-metodológicas que mantivemos para realização desta monografia. Aos meus colegas de turma de Geografia 2015.1. Todos vocês foram de extrema importância na conclusão do meu curso, contribuindo, mesmo de forma indireta, para a realização desse sonho. Em especial, aos meus amigos, Tatiani e João Roberto, que sempre estiveram a minha disposição para o que precisasse.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade em participar e pelas contribuições acadêmicas acerca da monografia.

Agradeço as pessoas que, de alguma forma, contribuíram com a construção da presente pesquisa. Agradeço aos moradores de Melancias, Malhada Bonita e Várzea da Ema por me receberem para uma troca de conhecimentos os quais foram essenciais para a conclusão da minha pesquisa. Meu sincero agradecimento a vocês.

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender, a partir do conceito e caracterização do circuito inferior da economia, a dinâmica das atividades não agrícolas desenvolvidas por pequenos comerciantes residente em algumas comunidades rurais do município de Santa Helena-PB. A leitura da teoria dos circuitos da economia formulada por Santos (1979) e do conceito de famílias pluriativas (SILVA, 1999) foi indispensável para a caracterização das atividades não agrícolas dos comerciantes residentes em três comunidades rurais: Várzea da Ema, Malhada Bonita e Melancias, recortes territoriais de nossa pesquisa empírica. A pesquisa identificou diversas atividades não agrícolas que são exercidas nessas comunidades, porém destacou os pequenos comércios do ramo de alimentos e lazer. Nessas comunidades rurais identificamos famílias exclusivamente agrícolas, famílias pluriativas, que exercem atividades tanto agrícolas como não agrícolas, e famílias que não exercem nenhuma atividade agrícola. Como procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa, por meio de trabalho de campo, levantamos informações de como esses comércios se organizavam nas três comunidades rurais. Foram realizadas conversas e entrevistas estruturadas e não estruturadas com os moradores donos de estabelecimentos comerciais. O estudo de campo, em conjunto com o embasamento teórico, revelou dificuldades encontradas por esses comerciantes, e o esquecimento, por parte do poder público, que não garante assistência a esses comerciantes, especialmente, durante a Pandemia da Covid-19. Em campo, realizamos registros fotográficos dos pequenos estabelecimentos comerciais. Para localizar os nossos recortes territoriais de análise, elaboramos um mapa, que tem como base cartográfica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2010. Verificou-se também a importância desses pequenos comércios, na distribuição de vários bens de consumo principalmente para a parcela mais pobre da sociedade.

Palavras chaves: circuito inferior; comunidades rurais; pequeno comércio.

ABSTRACT

The present work aimed to understand, from the concept and characterization of the lower circuit of the economy, the dynamics of non-agricultural activities, developed by small tradesfolk, residing in some rural communities in the municipality of Santa Helena - PB. Reading the theory of economic circuits formulated by Santos (1979) and the concept of pluriactive families (SILVA, 1999) were essential for the characterization of non-agricultural activities and tradesfolk residing in three rural communities: Várzea da Ema, Malhada Bonita, and Melancias, territorial clippings from our empirical research. The research identified several non-agricultural activities that are carried out in these communities but highlighted the small businesses in the food and leisure sector. In these rural communities, we identified exclusively farming families, pluriactive families that carry out both agricultural and non-agricultural activities, and families that do not carry out any agricultural activities. As methodological procedures and research techniques, through fieldwork, we collected information on how these businesses were organized in the three rural communities, in which structured and unstructured conversations and interviews were carried out with the residents who owned commercial establishments. The field study, together with the theoretical basis, revealed difficulties encountered by these tradesfolk, and the forgetfulness, on the part of the public authorities, which does not ensure assistance to these traders, especially during the Covid19 Pandemic. In the field, we carried out photographic records of small commercial establishments. To locate our territorial sections of analysis, we prepared a map, which is based on the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) 2010. It was also verified the importance of these small businesses, in the distribution of various consumer goods mainly for the poorest part of society.

Keywords: Lower circuit; rural communities; small businesses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapas

Mapa 01-Localização do município de Santa Helena no estado da Paraíba.....	26
Mapa 02-Destaca as comunidades rurais existentes no município.....	26

Imagens

Figura 01- Comércio loalizado na comunidade de Malhada Bonita.....	39
Figura 02 - Comércio localizado na comunidade de Melancias.....	39
Figura 03 - Comércio de lazer na comunidade de Várzea da Ema.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA, O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NA ZONA RURAL.....	15
2.1 Economia de subsistência e circuito inferior da economia: breve discussão conceitual.....	15
2.2 Das atividades agropecuárias a outras estratégias de subsistência: o circuito inferior da economia no campo.....	19
1.2.1 Atividades não agrícolas, geração de trabalho e de renda na zona rural.....	22
3 LOCALIZAÇÃO, SITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE TERRITORIAL DE ANÁLISE.....	25
3.1 O município de Santa Helena.....	25
3.1.1 Localização e situação.....	25
3.1.2 Caracterização socioeconômica.....	27
3.2 A zona rural de Santa Helena.....	28
3.3 Pequenas aglomerações populacionais e estabelecimentos comerciais.....	31
4 ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NA ZONA RURAL DE SANTA HELENA	33
4.1 O pequeno comércio na zona rural de Santa Helena.....	33
4.2 Tipologia e caracterização das atividades comerciais existentes.....	35
4.4 Perfil dos comerciantes.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro, em particular no município de Santa Helena-PB, vem passando por significativas transformações. Em sua cultura, economia e formas de trabalhos observam-se pequenas mudanças, as quais são resultantes dos processos de modernização dos meios de comunicação, informação e de transporte e do avanço tecnológico. Diante disso, entendemos ser necessário investigar os agentes socioeconômicos responsáveis por essas mudanças no município em tela. Nesta pesquisa, recortamos para a análise, as atividades não agrícolas desenvolvidas no campo e inseridas no circuito inferior da economia.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos como base teórico-conceitual as reflexões de Milton Santos (1979), sobre a conformação dos circuitos da economia: circuito superior e circuito inferior. Os dois circuitos são bem definidos na economia de países subdesenvolvidos. O circuito superior é caracterizado por deter tecnologias avançadas, com grandes níveis de capital, e atividades modernas. O fundamento de suas relações acontece de forma global, saindo da delimitação geográfica de sua região.

O circuito inferior é caracterizado por formas econômicas menos modernas e pouco investimento de capital. É nesse circuito onde estão inseridas grande parte da população economicamente ativa dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil. Composto por pequenas atividades criadas e desenvolvidas no próprio local, o circuito inferior é formado por atividades de pequena escala, cujos serviços atendem, principalmente, a população mais pobre, bem como oferta um número maior de trabalho de baixa remuneração e qualificação profissional (SANTOS, 1979).

Desse modo, a leitura sobre os conceitos dos circuitos da economia foi de extrema importância para a análise e compreensão das atividades não agrícolas desenvolvidas no meio rural do município de Santa Helena. E mesmo admitindo que a teoria dos circuitos da economia (SANTOS, 1979), tem como recorte de análise a economia urbana, entendemos a existência da conformação de um circuito inferior da economia nos pequenos comércios desenvolvidos nas comunidades rurais do município de Santa Helena-PB, nosso recorte territorial para o desenvolvimento empírico do trabalho.

A priori, pensamos em estudar o circuito inferior da economia em todas as comunidades rurais do município de Santa Helena, porém não seria possível analisá-las em sua totalidade em função da quantidade de comunidades rurais existentes no município de Santa Helena, a saber, 30 comunidades. Assim, trabalhar em todas elas seriam um trabalho árduo e exaustivo, além disso, outro fator que implicou na impossibilidade de pesquisar todas as comunidades seria a

pandemia de COVID-19. No Brasil, assim como em muitos outros países, a partir de março de 2020, grande parte das atividades laborais foram restringidas, decorrentes de sucessivos *lockdown* (confinamento) e isolamentos sociais. Igualmente, as atividades educacionais foram suspensas.

No Brasil, entre os anos de 2020 e 2021, em especial neste último ano, a situação pandêmica piorou expressivamente, com o alastramento do vírus por todo o território brasileiro. Em março de 2022, chegamos a registrar um total de 655.326 mortes. No município de Santa Helena não foi diferente, pois o vírus se alastrou de forma rápida, levando alguns casos a óbito, sendo emergência o município decretar *lockdown* e isolamento durante o pico da pandemia da Covid-19.

De modo mais direto, a pandemia impossibilitou o cumprimento da agenda de nossas visitas às áreas de estudo, comprometendo a realização de nossas observações e diálogos com os comerciantes, moradores da zona rural de Santa Helena. Diante desses fatos, foram escolhidas três comunidades rurais para o desenvolvimento empírico da pesquisa, a saber: Melancias, Malhada Bonita e Várzea da Ema. Essas comunidades foram escolhidas por apresentarem um desenvolvimento socioeconômico relativamente maior em relação às outras comunidades.

Assim, durante o pico da pandemia, o desenvolvimento da pesquisa concentrou-se apenas no desenvolvimento teórico-conceitual, sistematizando as leituras sobre as atividades econômicas não agrícolas no campo, sobre os circuitos da economia e sobre estratégias de subsistência no campo. Algum tempo depois, quando a situação da pandemia estava um pouco mais controlada no município de Santa Helena, foi realizada a coleta de informações sobre aquelas comunidades selecionadas para a pesquisa empírica.

Assim, optamos em fazer uso de alguns procedimentos e de técnicas possíveis de serem realizadas, consideradas mais seguras para o contexto pandêmico. As primeiras informações foram obtidas via redes sociais, a exemplo do WhatsApp. Após obter o contato de alguns comerciantes, deu início alguns diálogos para coletar dados importantes à pesquisa. Somente após a conclusão do ciclo vacinal contra o Covid-19, foi possível fazer a visitação *in loco* aos pequenos comerciantes das comunidades rurais. A partir desse momento foram coletados dados, por meio de conversas informais, bem como executamos a realização de fotos.

Por meio da pesquisa empírica nas comunidades rurais de Melancias, Malhada Bonita e Várzea da Ema foi possível compreender como a população local e as atividades que os habitantes exercem estão inseridas no circuito inferior. Predominantemente, trata-se de

atividades com baixo nível tecnológico, com pouco ou nenhum capital investido e de giro, e um número reduzido de consumidores.

A pesquisa foi direcionada aos pequenos comerciantes dessas comunidades, e retrata as diferentes formas de atividades não agrícolas desenvolvidas no meio rural. Entendemos que são novas formas de trabalho desenvolvidas no campo e mostram como essas pessoas buscam, cada vez mais, a melhoria de condições de suas vidas, por meio de atividades que possibilitem obterem ganhos de renda complementar e aumento da renda familiar.

De modo minoritário, muitas famílias que residem nessas comunidades ainda exercem alguma forma de atividade agrícola, conjuntamente às atividades não agrícolas, sendo chamadas de famílias pluriativas, como discute Carneiro (1998), ou seja, são pluriativas àquelas famílias que um ou mais de seus membros estão ocupados nas duas formas de atividades, deixando de ser exclusivamente agrícolas.

De certa forma, os pequenos comerciantes, em especial, aqueles cujo ramo de atividades é alimentar, a exemplo das pequenas bodegas e mercadinhos, possibilitam que a população mais pobre tenha acesso a bens de consumo básicos, inclusive, adquirindo-os com formas de pagamentos mais flexíveis. Além disso, os seus pequenos estabelecimentos comerciais estão localizados nas comunidades, próximos aos consumidores locais, os quais nem sempre dispõem de meio de transportes e/ou de condição para pagar o deslocamento em carros de frete.

Em geral, como veremos nos capítulos seguintes, esses comerciantes passam por dificuldades que vão desde a abertura de seus negócios, não havendo a disponibilização de capital, nem programas de incentivo por parte dos bancos e nem do governo para abertura de seus comércios. A opção que esses comerciantes encontram é juntar um pouco de capital e abrir seus pequenos comércios por conta própria, com poucas variedades de mercadorias. Igualmente, percebemos que o fato de se localizarem em áreas que não propiciam o desenvolvimento maior de suas atividades comerciais, em conjunto, esses fatores fazem com que o pequeno comércio dificilmente deixe de compor o circuito inferior.

Ademais, entendemos que, em função da atual conjuntura econômica desfavorável, com índices de desemprego e empobrecimento da classe trabalhadora assalariada, o circuito inferior da economia cresce cada vez mais, tanto em escala global como em diferentes lugares. -Diante disso, este trabalho parte da necessidade de estudar as atividades não agrícolas nas comunidades rurais do município de Santa Helena, tendo como hipótese o fato de que essas atividades estão crescendo cada vez mais nas comunidades rurais e que elas constituem uma forma de amenizar a condição de pobreza das famílias que exercem atividades paralelas à agricultura.

É importante mencionar que a escolha de estudar as comunidades rurais de Santa Helena deve-se ao fato de considerarmos localidades pouco atendidas gestão local e pelo o Estado. Portanto, por meio de pesquisas como esta, que buscamos mostrar a realidade vivenciada e a dificuldade de seus moradores de saírem da condição de extrema pobreza, da linha de pobreza, para terem uma visibilidade maior diante dos gestores públicos.

Diante dessas conjecturas, elaboradas definimos o objetivo geral, o qual consiste em analisar e compreender como está estruturado o circuito inferior nas comunidades rurais do município de Santa Helena, com ênfase nos pequenos comércios existentes. Para consubstanciar o objetivo geral foram elaborados três objetivos específicos sendo eles: estruturar o circuito inferior nessas comunidades; definir as principais características que esses comércios apresentam, e que os inserem no circuito inferior; analisar a geração de renda dessas atividades para as famílias pluriativas.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo consiste no desenvolvimento teórico-conceitual, tendo como base a leitura de Santos (1979), sobre os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos. Além de Santos, temos autores como Prada (1979) e Furtado (1970), estes discorrem sobre a economia de subsistência no período colonial, cuja discussão ajudou a entendermos melhor a teoria dos circuitos. Ainda no primeiro capítulo discutimos a geração de emprego e renda a partir das atividades não agrícolas no campo. Autores como, Schneider (2003); Silva (2004); Souza (1998), mostram aspectos a considerar que levaram a redução do emprego agrícola no campo, o que gerou um aumento nas atividades não agrícolas. Com o desdobramento das famílias em conciliar atividades não agrícolas com atividades agrícolas surge o termo pluriativos. O autor Carneiro (1998), entende a pluriatividade como uma necessidade do pequeno produtor em ter mais uma atividade não agrícola que ajude a complementar a sua renda financeira.

No segundo capítulo é feito um recorte territorial da região estudada, mostrando brevemente a sua história e algumas características. Analisamos ainda como o comércio se desenvolveu nas comunidades rurais analisadas, seu crescimento e a sua atual estruturação Para esse capítulo, realizamos pesquisa e arrolamos dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), elaboramos mapa de localização, situando o estado da Paraíba dentro do mapa do Brasil e, por fim, situando o município de Santa Helena no estado da Paraíba. Ainda no segundo capítulo, temos um mapa mais detalhado das comunidades mais povoadas do município de Santa Helena. A elaboração desse último mapa foi realizada a partir da ferramenta de pesquisa Google.

No terceiro capítulo fazemos uma análise e caracterização do pequeno comércio nas comunidades rurais selecionadas, do município de Santa Helena. Além de analisar os pequenos comércios também realizamos breves considerações sobre o perfil dos comerciantes e das famílias pluriativas. Nessa seção mostramos como esses pequenos comércios e comerciantes se organizam, qual impacto na renda das famílias pluriativas que desenvolvem também atividades não agrícolas. Por fim, mostramos o perfil dos comerciantes e das famílias pluriativas.

Para a elaboração do terceiro capítulo realizamos um estudo de campo, o qual foi dividido em duas etapas. A primeira etapa consistiu, basicamente, em observarmos as dinâmicas que aconteciam nas comunidades rurais escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa empírica. Uma etapa de conhecimento da área estudada e dos indivíduos que residem nessas comunidades. Após essa fase de conhecimento da área, foi estabelecido contato com os pequenos comerciantes, por meio de rede social WhatsApp, para uma possível visita em seus estabelecimentos. Com isso, consolidou-se a segunda etapa.

Ainda na segunda etapa houve um contato direto com esses comerciantes, permitindo entender melhor como funcionavam as dinâmicas de seus comércios. Na ocasião, foi possível registrar alguns desses comércios através de fotografias, possibilitando uma maior compreensão sobre como esses comércios são estruturados; o tamanho dos estabelecimentos; o tipo de mercadorias e as variedades das atividades existentes nas comunidades selecionadas.

Todas as etapas citadas foram de grande importância para construção deste trabalho, pois contribuíram para uma reflexão analítica sobre o circuito inferior da economia nas comunidades rurais do município. O desenvolvimento teórico-conceitual e metodológico foi de grande importância à concretização do presente trabalho. Acreditamos que a maior contribuição deste trabalho é mostrar que o desenvolvimento rural requer políticas e programas governamentais em diferentes níveis administrativos. Tais políticas deveriam contemplar as potencialidades locais, os recursos existentes, a produção de novos bens e serviços e a criação de novos mercados e demandas, a fim de gerar renda e emprego no meio rural, com atividades agrícolas e também não agrícolas.

2 ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA, O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NA ZONA RURAL

Este capítulo visa apresentar uma revisão da literatura sobre o circuito inferior da economia, apresentando uma breve discussão, demonstrando seus principais conceitos, seus pensamentos, sua formação, bem como o papel do Estado na introdução desta modalidade de economia vista, por muitos autores, como uma alternativa à geração de trabalho e de renda.

2.1 Economia de subsistência e circuito inferior da economia: breve discussão conceitual

A economia de subsistência é caracterizada pela pequena produção e a escassez de tecnologia avançada nas atividades desenvolvidas, por exemplo, no setor primário da economia, pois o trabalho ou a produção é geralmente realizado pelo proprietário ou por seu núcleo familiar. Conforme a literatura sobre esta temática, quaisquer atividades desenvolvidas com um nível tecnológico de produção baixo, que não produza um excedente de produção, pode se encaixar na economia de subsistência. Sendo elas atividades desenvolvidas na agricultura ou em atividades secundárias.

Segundo Delgado (2004,2004, p.20), a economia de subsistência na atualidade agrária pode ser definida como:

Conjunto de atividades e relações de trabalho, não *assalariadas*, que propiciam meios de subsistência à maior parte das famílias rurais, sem geração de excedente monetário. A falta de excedente monetário indica baixo grau da mercantilização da produção, mas não sua ausência. Esta economia produz autoconsumo e vende produtos e serviços com vistas à provisão de suas necessidades básicas de consumo de subsistência.

Como podemos entender, a partir definição do referido autor, a economia de subsistência tem como maior característica a produção de renda destinada apenas para a subsistência do produtor. Significa, portanto, que praticamente não existe a produção de um excedente a ser comercializado.

No Brasil temos vários autores que discutem sobre a economia de subsistência. Para a elaboração desta pesquisa tomamos como base dois autores clássicos que discutem a origem desse tipo de economia, considerando desde o período colonial, são eles: Caio Prado Júnior (1979), historiador e Celso Furtado (1970), economista.

Para Prado (1979), o setor de subsistência não terá um papel importante na economia colonial. A discussão do autor está centrada na economia colonial no trinômio grandes

propriedades, trabalho escravo e monocultura. Ele afirma que “não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e a categoria de segunda ordem (...). Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras” (2004, p.10). Assim, o setor de subsistência vai proporcionar apenas melhores condições para que as principais atividades possam ser realizadas, ou seja, ele se configura como um setor complementar às atividades principais. Segundo Prado Jr. (1979, p. 160-161), a economia de subsistência pode ser designada como:

Um setor subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças (...). Em geral a sua mão-de-obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador modesto e mesquinho que trabalha. Às vezes conta com o auxílio de um ou outro preto ou mais comumente de algum índio ou mestiço (...).

Na perspectiva do autor, naquele momento histórico, o setor de subsistência é um campo da economia sem relevância para a mesma, que pode ser dispensado. Sua produção é destinada apenas ao consumo dos seus produtores, sem excedentes para comercialização, tornando-se, portanto, dependente do setor mercantil.

Para Celso Furtado (1970), a economia de subsistência tem uma maior representatividade. A economia de subsistência vai ter um caráter multifuncional, com dimensões econômicas e relações sociais. Segundo o autor,

A ‘roça’ era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver da roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos moratórios mínimos. Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é misto, variando a importância de faixa monetária de região para região e de ano para ano numa região (FURTADO, 1970, p. 120).

O referido autor reconhece que o setor de subsistência depende da economia mercantil dominante, mas trata a economia de subsistência não apenas de subsistência como Prado Jr (1979), a descreve. Para Furtado (1970), a economia de subsistência é caracterizada pelo baixo nível de produção com um pequeno excedente de produção, isso ocorre devido ao baixo nível de desenvolvimento tecnológico que é investido em suas atividades.

Ainda conforme discute aquele autor, a pecuária é vista como a atividade principal da economia de subsistência, e não a agricultura. Os produtores são núcleos familiares que vão depender dos grandes proprietários de terras para o desenvolvimento de suas atividades.

A economia e suas formas passaram por transformações ao longo do tempo. A crise da monocultura exportadora, na primeira metade do século XIX, a independência política, a crise do escravismo, na segunda metade do mesmo século, não foi capaz de transformar o setor da economia de subsistência. Pelo contrário, esse setor da economia teve um grande crescimento naquele contexto histórico.

Assim, mesmo após a revolução industrial e considerando o avanço tecnológico e a implantação do trabalho assalariado, a economia de subsistência continuou ganhando cada vez mais força e espaço dentro da economia. O que significa dizer que a modernização e o capitalismo não foram capazes de absorvê-la.

A economia de subsistência ganhou vários nomes ao longo do tempo. Nesse contexto, trouxe a participação de grandes estudiosos como Caio Prado Jr, Celso Furtado, entre outros. O autor Milton Santos em seu livro *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos Da Economia Dos Países Subdesenvolvidos*, aprofunda o debate sobre a economia de subsistência em países subdesenvolvidos a partir da teoria dois circuitos. Dessa forma, em sua teoria passa a ser denominada como circuito inferior da economia.

No Brasil, as primeiras reflexões acerca da teoria dos circuitos da economia surgiram no início dos anos de 1970. Em 1971, Santos se dedica a estudar esses circuitos, aprofundando conceitualmente o debate sobre o assunto. Em 1979, Milton Santos, comprova a existência “de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos resultantes da penetração das inovações técnicas e tecnológicas nesses países [...]” (MONTENEGRO, 2012, p. 154).

Os circuitos superior e inferior são dois subsistemas dentro do sistema maior da economia urbana. Para Santos (2009), a cidade vive uma transformação estrutural que trouxe modificações nas formas de trabalho e ação, logo, já não pode ser estudada de forma integral, portanto foi necessária a criação de subdivisões para melhor compreender os aspectos que caracterizam a economia das cidades. Conforme Santos (1979, p.40), o circuito superior:

[...] inclui bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes. O circuito inferior é formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e também de toda uma gama de serviços não modernos.

Ainda conforme Santos (1979, p. 43), evidencia:

Não se poderia caracterizar os dois circuitos da economia urbana através de variáveis isoladas. Antes, é necessário considerar o conjunto dessas atividades. Mas pode-se

dizer, desde já, que a diferença fundamental entre às atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização.

Assim, com base no referido autor, entendemos que a diferença fundamental entre os dois circuitos está na forma como o capital é aplicado, na organização das atividades e na intensidade de tecnologia utilizada. O circuito superior é detentor de tecnologia avançada, contando com grandes níveis de “capital intensivo”, disponibilizadas por bancos. Suas atividades manipulam grandes volumes de mercadorias, com um público bem específico, com preços altos e fixos, cujo objetivo é maximizar o lucro.

Assim, o circuito superior, conforme Santos (1979), admite, utiliza-se de publicidade intensiva, cujo objetivo é ditar as novas tendências de consumo. Como resultante, no circuito superior a noção de lucro é tratada como forma de “acumular capitais indispensáveis à continuidade das atividades e a sua renovação em função dos progressos técnicos” (SANTOS, 1979, p.46). O circuito superior é basicamente formado e controlado pela burguesia.

Desse modo, compreendemos que, enquanto o primeiro utiliza de “tecnologia intensiva”, o circuito inferior vai utilizar de “trabalho intensivo”. Sem ajuda governamental ou de bancos sua produção, muitas vezes é reutilizada, os preços de seus produtos estão, muita das vezes, sujeitas à variação. Além disso, não existe publicidade nesse circuito, a divulgação dos produtos é feita entre as próprias pessoas de maneira informal. O circuito inferior se destina à parcela mais desprovida de recursos da sociedade.

Outra característica apontada por Santos (1979), é que no circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna. Ou seja, a produção do circuito inferior se limita apenas em suprir as necessidades básicas das pessoas que estão inseridas nele.

Os dois circuitos da economia apresentam características e áreas de atuação bem distintas, cada um vai ter formas de atividades e propósitos de serviços diferentes. Mas isso não anula a dependência que existe entre eles. Tanto as atividades como serviços de um circuito dependem um do outro. Santos (1979), vai distinguir como elementos ou atividades “puros”, “impuros” e “mistos”.

Nas atividades “puras” estão inseridas a indústria urbana moderna, o comércio e os serviços modernos são os denominados como "puros", por exercerem ao mesmo tempo atividades específicas da cidade e do circuito superior. A indústria de exportação e o comércio de exportação são atividades "impuras". Essas atividades se instalam na cidade, para se

beneficiar das vantagens locacionais, o essencial de seus interesses é manipulado fora da cidade, para onde vão os seus outputs. Quanto ao abastecimento de mercadorias do circuito inferior, de acordo com Santos (1979), os atacadistas e transportadores possuem suas atividades do tipo mistas, tendo dupla ligação, pois transitam entre os dois circuitos. O atacadista pode levar seus produtos facilmente ao circuito inferior através dos feirantes, aumentando o seu público consumidor, já os transportes podem estabelecer uma ligação tanto entre os dois circuitos na cidade como no campo, transportando mercadorias e assumindo também o papel de vendedor.

Muito embora Santos (1979), aborde a discussão sobre aqueles dois circuitos da economia na zona urbana, podemos, porém, utilizar algumas de suas reflexões para entendermos como o circuito inferior da economia se caracteriza na zona rural. Admitimos que com o avanço tecnológico, em curso, o campo passa por grandes transformações, principalmente nas atividades agropecuárias.

Todavia, observamos que as diferentes atividades comerciais não agrícolas, desenvolvidas na zona rural também sofreram significativas mudanças. O campo deixou de ser um local onde são desenvolvidas apenas atividades primárias. Cada vez mais vemos o campo se transformando, sendo desenvolvidas atividades não agrícolas, como por exemplo: mercadinhos, bares, restaurantes, balneários, hotéis fazenda, dentre outras atividades. Como observamos nos trabalhos de campo, essas atividades atraem tanto os consumidores da zona rural, como também residentes na cidade.

A partir de visitas sistemáticas, constatamos que para algumas famílias da zona rural de município de Santa Helena, localizado no semiárido paraibano, a atividade agropecuária tornou-se apenas atividade para complementar a renda. Ou seja, a renda principal passou a ser as atividades não agrícolas, configuradas como estratégias de subsistência que, a nosso ver, podemos considerar uma extensão do circuito inferior, realizado no campo.

2.2 Das atividades agropecuárias a outras estratégias de subsistência: o circuito inferior da economia no campo

Uma das principais constatações feitas nos estudos sobre o meio rural brasileiro na década de 1990 foi a clara tendência de queda do emprego agrícola, ao passo que as ocupações nas atividades não agrícolas apresentaram altas taxas de crescimento anual (SCHNEIDER, 2003; DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 1995; BOTELHO, 1998; SOUZA, 1998), entre outros.

Como já referimos, o campo sofreu grandes transformações ao longo do tempo. Com a modernização e o avanço tecnológico, as atividades não agrícolas no campo cresceram. A partir dos referidos autores, foi possível entendermos que no Brasil, no período de 1960, houve um grande aumento de atividades não agrícolas desenvolvidas por famílias rurais, podendo ser desenvolvidas tanto no próprio campo, como na cidade. No caso das atividades não agrícolas desenvolvidas na cidade, deve-se, em especial, ao aumento da mobilidade entre o campo e a cidade, permitindo, portanto, que pessoas que residem no campo exerçam atividades relativas aos setores secundário e/ou terciário na cidade.

De modo geral, um aspecto a considerar é que a redução do emprego agrícola está relacionada a inúmeros fatores, naturais, econômicos, bem como a própria mudança social vivenciada no campo. Entretanto, para Schneider (2003), os fatores primordiais foram a modernização dos sistemas produtivos, a crise do setor agrícola na década de 1990 e fatores macroeconômicos, como mudanças no financiamento da produção, abertura comercial, sobrevalorização cambial (1994 - 1998). Todos esses fatores agravaram ainda mais a queda da renda agrícola do pequeno produtor.

Essa modernização provocou algumas mudanças na área rural, os próprios indivíduos que vivem no campo evoluíram junto com a modernização e o avanço tecnológico. Atualmente, podemos observar um campo mais “urbanizado”. As pessoas que vivem no campo têm mais acesso à internet, a bens de consumo duráveis (automóveis, motocicletas, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, etc.) E em algumas localidades rurais, há transportes públicos. Todas essas mudanças proporcionaram às famílias rurais mais oportunidades e acesso a outras formas de trabalhos e de estratégias de sobrevivência não agrícolas.

Assim, as novas formas de atividades não agrícolas, desenvolvidas no campo, podem proporcionar ao pequeno produtor uma melhoria das condições de vida, a partir da geração de uma renda familiar um pouco maior. Dificuldades financeiras e governamentais também fazem parte dos grandes obstáculos enfrentados por esses produtores rurais. Além disso, os empréstimos e/ou os investimentos disponibilizados por bancos ainda são benefícios muito difíceis para o pequeno produtor ter acesso.

Como podemos constatar, a partir de conversas informais com alguns produtores rurais do município de Santa Helena, existe uma burocracia muito grande para acessar os programas governamentais destinados ao pequeno produtor rural. Além da burocracia junto aos órgãos públicos, esses produtores queixaram-se também das altas taxas de juros cobradas pelos bancos o que dificulta a possibilidade de obter uma maior lucratividade com a produção agropecuária.

Nesse sentido, entendemos que seriam necessárias mais políticas e programas governamentais que assegurassem mais facilidade de acesso e mais crédito financeiro para o pequeno produtor. Sem dúvida, como manifestaram alguns sitiantes, essa é uma luta histórica, que o pequeno produtor enfrenta sozinho, pois como muitos afirmaram essa é uma parcela excluída de maiores vantagens da economia agrícola.

Mesmo com a existência de alguns programas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Crédito Fundiário, Extensão Rural e Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros que são destinados a esses produtores, ainda é muito difícil para o pequeno produtor ter acesso. Assim, entendemos que toda essa dificuldade, junto à pobreza e à falta de melhores condições de trabalho na agropecuária, constitui fatores significantes que levam os moradores da zona rural a buscarem novas formas alternativas, e muitas vezes complementares, de trabalho, quer no campo quer cidade.

De modo igual, observamos que os obstáculos para a produção e a comercialização obrigam o pequeno produtor agrícola a encontrar outras estratégias de geração de renda, originando uma pluriatividade, termo, segundo Schneider (2003) e Fuller (1990), destinado a famílias rurais que conciliam atividades agrícolas e atividades não agrícolas. Esses estudiosos enfatizam que a pluriatividade permite desconceituar a propriedade como um elemento de produção e reprodução, não sendo para uso exclusivamente de atividades agrícolas, ou seja, praticam-se outras atividades que lhes conferem renda não agrícola.

A pluriatividade pode ser entendida como uma necessidade do pequeno produtor em ter mais uma atividade não agrícola que ajude a complementar a sua renda financeira, Segundo Carneiro (1998), a pluriatividade pode ser considerada uma categoria social que se caracteriza como um trabalho complementar, sendo que essas atividades podem ou não estar ligadas à agricultura. Graziano (1997), define o indivíduo pluriativo como sendo o *part-timer-farmer*, ou seja, o fazendeiro em tempo parcial que combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas. Já para Conterato (2008, p.137):

O desenvolvimento rural passa cada vez mais a ser entendido como processo multissetorial, que envolve atividades agrícolas e não agrícolas, e multifuncional, porque cumpre, simultaneamente, funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais.

Entretendo, alguns obstáculos também são encontrados nessas atividades secundárias como a falta de educação, elemento importante para o sucesso dos empreendimentos não

agrícolas e para a conquista de empregos com maiores salários. Além da falta de educação, é necessário conhecimentos e habilidades específicas que proporcionam o acesso a oportunidades de trabalho fora da agricultura. Formas de capital como a terra, que possam servir como garantia de empréstimos. A pluriatividade não garante a saída de uma família da situação de pobreza rural, mas garante uma melhoria na renda familiar.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas em ambas as atividades, as famílias rurais, mesmo assim, preferem arriscar em atividades não agrícolas com o intuito de melhorar a renda familiar. Os riscos enfrentados nas atividades agrícolas são maiores, com as plantações sazonais e as pequenas propriedades de terras, a seca e as grandes inundações que acabam com uma plantação inteira.

Para o pequeno produtor da região do semiárido nordestino, em função dos longos períodos de seca, essa sazonalidade dificulta ainda mais o desenvolvimento de atividades agrícolas e, mesmo continuando morar na zona rural, é cada vez mais frequente o desenvolvimento de outras atividades não agrícolas, como apontado no município de Santa Helena. Adiante, abordaremos algumas formas de atividades não agrícolas como geração de renda para as famílias da zona rural.

2.2.1 Atividades não agrícolas, geração de trabalho e de renda na zona rural

Conforme a literatura consultada, nas últimas décadas, o campo conquistou um caráter multifuncional, abrigando outras formas de atividades econômicas ligadas aos setores secundários e terciários que antes eram exclusivas das áreas urbanas. Com o avanço tecnológico, principalmente nas formas de produção, houve um aumento da produção, cujo resultado foi a redução da oferta de emprego.

O maquinário de tecnologia de ponta substituiu, de forma significativa, o lugar da mão de obra humana. Assim, entendemos que no Brasil, esse avanço tecnológico encontra-se absorvido, sobremaneira, pelo agronegócio. Enquanto isso, a baixa rentabilidade do pequeno produtor fez com que surgisse a necessidade de novas formas de trabalhos não agrícolas no campo, como complemento para a renda familiar camponesa.

Silva (2002), se dedicou aos estudos sobre atividades não agrícolas no campo e, junto com outros pesquisadores, desenvolveu um projeto chamado de Rurbano. Esse projeto mostra o desenvolvimento dessas atividades no campo e lista as mais praticadas. A área de abrangência de sua pesquisa foi todo o território rural brasileiro.

Em tal estudo, ele enfatizou a urbanização que ocorreu no campo, devido a grande ocupação da população rural em atividades não agrícolas. Conforme Silva, (2004, p.23):

O comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas — tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria — que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. “Note-se que pelo menos metade da população rural não agrícola é constituída por empregados domésticos, pedreiros ou seus serventes, prestadores de serviços gerais, vendedores, motoristas, alfaiates, etc, todas elas ocupações que exigem baixo nível de qualificação.

Conforme o autor, entendemos que o meio rural ganhou novas funções, não podendo ser mais caracterizado apenas por um conjunto de atividades agrícolas. As atividades agrícolas perdem cada vez mais espaço para atividades secundárias e terciárias.

Em sua pesquisa, Silva (2004), mostrou como é crescente o quantitativo de pessoas que residem no campo e desenvolvem outras atividades não agrícolas. Isso revelou que há uma busca por diferentes atividades que não estejam diretamente vinculadas à agricultura, cujo propósito é garantir melhores estratégias de trabalho e de geração de uma renda melhor.

O setor público de trabalho também emprega uma parcela expressiva da população rural em atividades não agrícolas, sendo algumas dessas atividades desenvolvidas na cidade. A oferta de trabalho na cidade para parcelas de pessoas residentes no campo revela uma faceta da urbanização que acontece no campo, bem como uma pluriatividade das famílias rurais, conforme discute Silva (2004).

Além disso, observamos que o campo passou a ser um local de descanso e lazer para a população urbana, isso também influenciou na geração de outras formas de emprego. A construção de hotéis, chácaras, pousadas, restaurantes, balneários têm gerado uma diversidade de emprego, a saber: jardineiro, motorista, pedreiro, garçom, camareira, cozinheira, dentre outros.

Igualmente, notamos que houve um aumento de atividades terciárias realizadas de forma autônoma, especialmente por mulheres. No município de Santa Helena existe uma grande participação de mulheres que residem no campo e desenvolvem atividades não agrícolas, dentre essas atividades podemos citar costureiras, vendedoras autônomas, empregadas domésticas, cozinheiras, dentre outras.

A chegada de atividades industriais no meio rural, especialmente no Centro Sul do país, também proporcionou uma redefinição das atividades laborais, absorvendo trabalhadores do campo para o setor secundário.

As transformações ocorridas no campo, a partir do avanço tecnológico, repercutiram em mudanças estruturais, as quais não ocorreram apenas nas formas de trabalho, mas também nas pessoas. Por exemplo, as pessoas que saíam do campo para a cidade a procura de empregos, em geral, tinham uma baixa escolaridade, conseqüentemente, ocupavam cargos baixos, como na construção civil, pequeno comércio local de alimentos, etc.

Nos últimos anos, observamos que a população residente no campo, no município de Santa Helena, em especial os jovens, vem buscando cada vez mais capacitação profissional e formação universitária. Como resultado, podemos perceber que a população camponesa tem ocupado melhores postos de trabalho, exigindo mais qualificação. De modo geral, podemos associar esse fato com a expansão do ensino técnico e superior, o que facilitou um maior acesso aos cursos profissionalizantes, em diferentes níveis.

Mesmo com uma grande queda nas atividades agrícolas, ainda existem regiões onde as pessoas estão ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas. Isso revela a importância que agricultura tem em algumas áreas rurais do Brasil. Também entendemos que em muitas outras regiões, outras formas de trabalho ainda não ganharam maior visibilidade ou não tiveram oportunidades de serem desenvolvidas.

De um modo geral, esses estudos estão indicando o início de um processo de alteração das características da ocupação da força de trabalho residente no meio rural, junto com a redução de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Assim, é possível afirmar que o crescimento das atividades não agrícolas em áreas rurais está se tornando em um fenômeno significativo para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das populações rurais.

Concluimos que parte dos trabalhadores rurais não podem ser definidos simplesmente como agricultor ou pecuarista, pois, cada vez mais, procuram combinar outras formas de trabalhos não agrícolas com o intuito de diversificar e ampliar as fontes de renda. Ou seja, é crescente a prática da associação entre atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas.

Antes de analisarmos como o circuito inferior se configura na zona rural de Santa Helena, é importante entendermos a sua história, os seus aspectos socioeconômicos, bem como a sua configuração territorial.

3 LOCALIZAÇÃO SITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE TERRITORIAL EM ANÁLISE

Nesse capítulo apresentaremos brevemente a história do município de Santa Helena, a sua ocupação e configuração territorial e, por fim, o surgimento do comércio local.

3.1 O município de Santa Helena

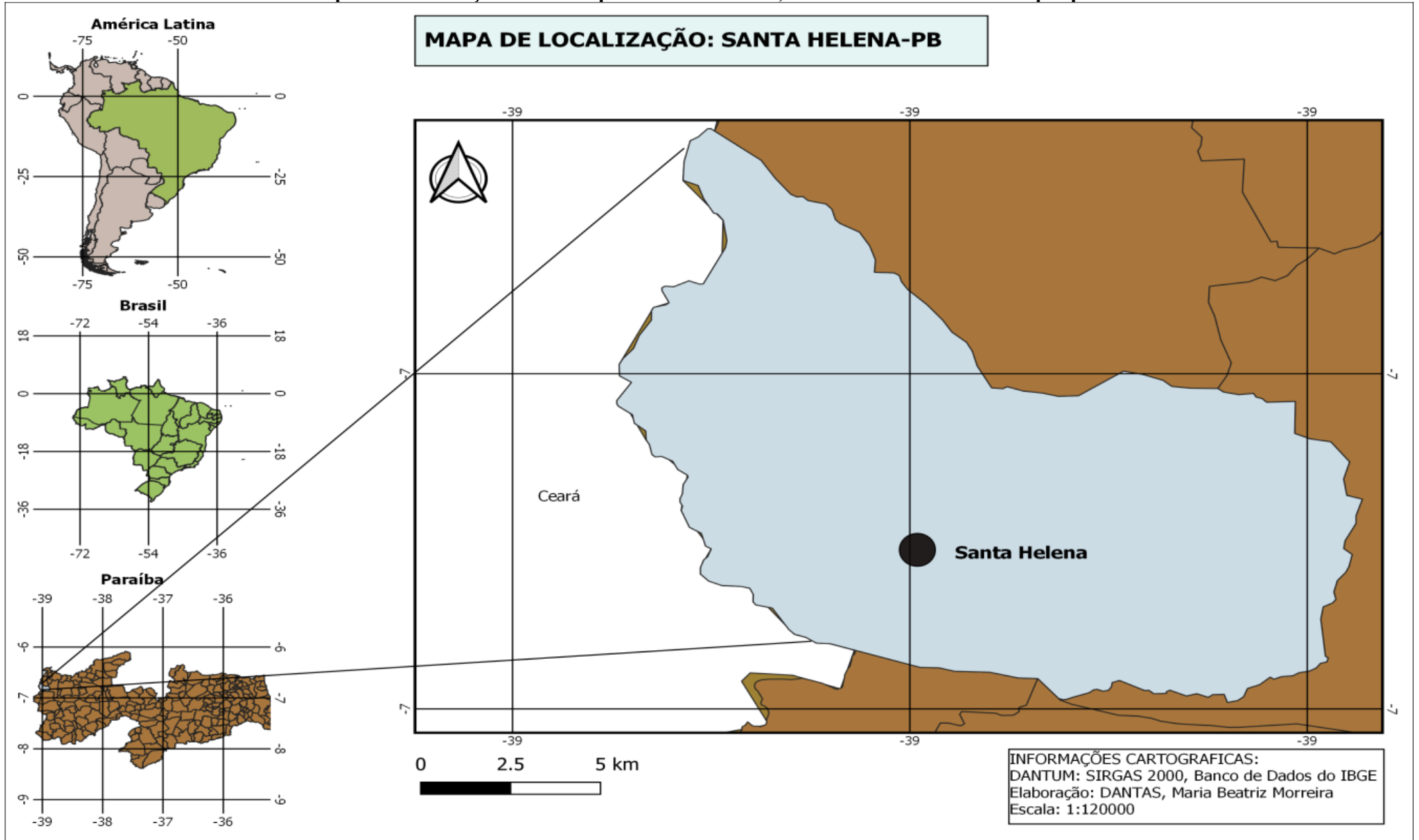
Santa Helena teve origem em 1922, como um pequeno acampamento de homens que trabalhavam na linha de trem Via Férrea-RVC – Rede Viação Cearense, hoje pertencente à Rede Ferroviária Federal S/A. Essa linha férrea ligava Fortaleza com a cidade de Antenor Navarro. Com o passar do tempo os trabalhadores da linha construíram casas e fizeram do acampamento um pequeno povoado que mais tarde se tornaria o município de Santa Helena.

Seus fundadores foram os Senhores, Joaquim Alves de Oliveira, Gonçalo Vitoriano, e Raimundo Luiz do Nascimento. O primeiro nome dado ao pequeno vilarejo foi “Canto de Feijão” devido à grande abundância do produto. Em 1933, foi construída uma capela no lugar, recebendo o nome de Santa Helena. Em 12 de dezembro de 1961, o povoado ascendeu à categoria de município, desmembrado do município de Antenor Navarro, atualmente, São João do Rio do Peixe.

3.1.1 Localização e situação

O município de Santa Helena está localizado no extremo Oeste da Paraíba, limitando-se ao Norte com Triunfo e Poço de José de Moura, ao Sul Bom Jesus e Cajazeiras, a Leste São João do Rio do Peixe e a Oeste com Baixio no Estado do Ceará. Abrange uma área territorial de 211,143 km² e segundo o Censo Demográfico de 2020, como a maior parte dos municípios brasileiros, Santa Helena é classificado como sendo de pequeno porte, com uma população de aproximadamente 5.853 habitantes, conforme o (IBGE, 2021). Conforme mapa 01,

Mapa 01- Localização do município de Santa Helena, recorte territorial de nossa pesquisa



Fonte: Dantas (2022)

Conforme a Divisão Urbana Regional, elaborada pelo IBGE (2021), com base na Região de Influência das Cidades (REGIC), de 2018, o município de Santa Helena encontra-se inserido nas Regiões Intermediárias de Articulação Urbana de Cajazeiras e classificada como Centro Sub-regional A, caracterizando-se pela grande oferta de serviços, tais como médico-hospitalares, educacionais, lazer, dentre outros, exercendo, portanto, importante centralidade sobre outros municípios do alto sertão paraibano, bem como a sua área de influência abrange localidades cearenses situadas nas proximidades dos limites entre os dois estados.

Em termos climatológicos o município acha-se inserido no denominado “Polígono das Secas”, constituindo um tipo semiárido quente e seco, segundo a classificação de Koppen (1956). As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando à noite, com variações anuais dentro de um intervalo de 23° a 30° C, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca.

O regime pluviométrico, além de baixo é irregular com médias anuais em torno de 770 mm/ano. Devido às oscilações dos fatores climáticos, podem ocorrer variações com valores para cima ou para baixo do intervalo referenciado. No geral, caracteriza-se pela presença de apenas 02 estações: a seca que constitui o verão, cujo clímax é de setembro a dezembro e a chuvosa denominada pelo sertanejo de inverno, restrito a um período de 3 a 4 meses por ano.

A vegetação é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno a médio porte. Os solos são resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria, do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo de composição arenoargilosa, tendo-se localmente latossolos e porções restritas de solos de aluvião.

A rede de drenagem é do tipo intermitente e seu padrão predominantemente dendrítico. Devido à existência de fraturas geológicas, mostra variações para retangular e angular. Os riachos e demais cursos d’água que drenam a área, constituem afluentes da denominada Bacia do Rio do Peixe. O relevo acha-se incluso na denominada “Planície Sertaneja”, a qual constitui um extenso pediplano arrasado, onde localmente se destacam elevações residuais alongadas e alinhadas com o “trend” da estrutura geológica regional.

3.1.2 Caracterização socioeconômica

Como já referimos anteriormente, o município de Santa Helena possui uma população de 5.531, estimado em 2021, pelo IBGE. O número de alfabetizados com idade igual ou superior a 10 anos é de 3.390, o que corresponde a uma taxa de alfabetização de 67,9%. A

cidade contém cerca de 1.551 domicílios particulares e permanentes, destes 1.055 possuem esgotamento sanitário, 786 são abastecidos pela rede geral de água e 856 com sistema de coleta de lixo.

Sobre o setor econômico a agricultura constitui a principal atividade econômica, sendo feijão e milho as principais plantações, seguidas pelo o comércio. O comércio teve início com a linha férrea, uma vez que o trem era a principal forma de geração de emprego nos anos de 1920. Ele trazia consigo crescimento, dinheiro e lucro. Assim, as pessoas começaram a obter novas formas de renda não agrícola. Os empregos ofertados naquela época tinham ligação direta e indireta com o trem, como por exemplo: o maquinista, o zelador, as pessoas que trabalhavam na manutenção da linha férrea, entre outros postos de trabalhos vinculados ao transporte ferroviário.

Com isso o comércio local começou a crescer, passando a ganhar novos integrantes, como o vendedor de lanches e água, pessoas que aguardavam nas paradas para vender seus produtos. Essas condições foram essenciais para o desenvolvimento econômico de pessoas no município de Santa Helena. Dessa forma o comércio passa a fazer parte das rotinas de trabalho e vai se desenvolvendo localmente. Os produtos ofertados pelos comerciantes, aos poucos, são alterados e diversificados de acordo com a demanda dos clientes.

Outra atividade de destaque na comunidade é a pecuária, sendo a criação de bovinos a mais representativa. Segundo moradores, essa atividade é praticada desde o surgimento da comunidade, ou seja, é uma atividade tão antiga quanto a própria agricultura. No início, a criação do gado bovino destinava-se apenas para a produção de leite e a carne para o consumo, uma vez que o número de cabeças existentes na área era muito reduzido.

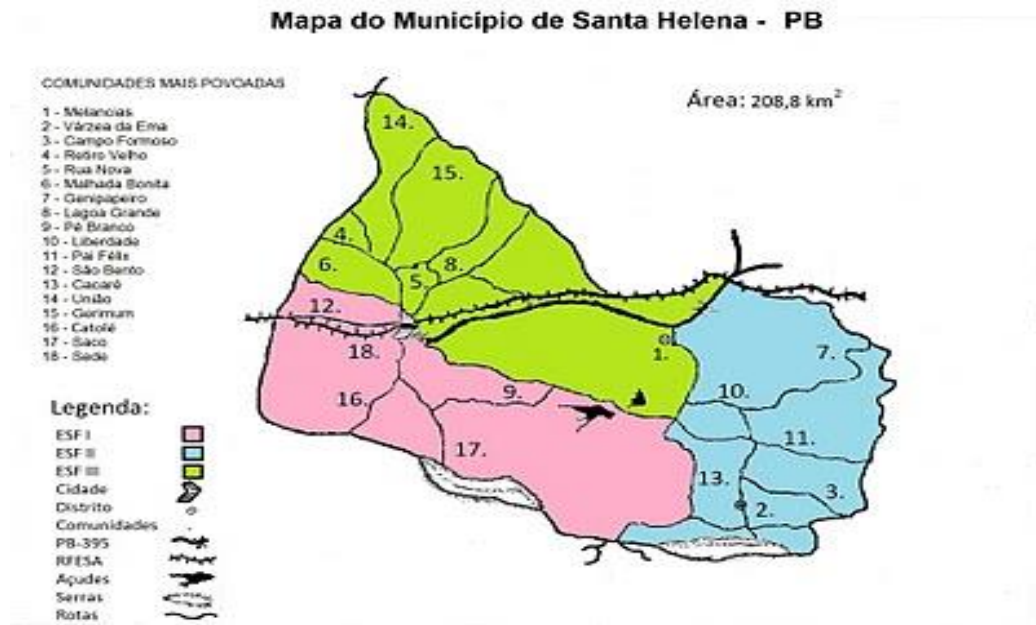
Com o surgimento da beneficiadora de algodão e do engenho, o tamanho do rebanho bovino aumentou significativamente, visto que ambos necessitam dos animais para a realização de suas atividades. Após a decadência do engenho e da beneficiadora de algodão, o rebanho bovino continuou a existir e a desenvolver-se, agora com outra função, a de produção de leite e corte.

3.2 A zona rural de Santa Helena

Santa Helena é um município relativamente pequeno. Desde a sua criação até os dias atuais, a sua economia foi baseada na agricultura. Porém, constatamos que em algumas comunidades rurais, a forma de economia tem se diferenciado, algumas se destacam por

exercerem outras formas de atividades econômicas, não sendo exclusivamente voltadas para a agricultura. Conforme mapa 2,

Mapa 2- Destaca as comunidades rurais existentes no município



Fonte: <http://diogosdnteste.blogspot.com/2011>

O mapa mostra o território do município de Santa Helena, enumerando de forma decrescente as comunidades rurais mais povoadas, toda a extremidade referente à localização das comunidades, rotas de acesso, bacias hidrográficas, serras, estradas, vegetação, entre outras que compõem o território municipal.

Como observamos na imagem, no município de Santa Helena existem dezoito comunidades rurais. Entre essas comunidades, destacamos as de Melancias, Várzea da Ema e Malhada Bonita por serem as mais povoadas, e as três mais desenvolvidas, em relação às suas dinâmicas socioeconômicas. Nelas existem, por exemplo: escolas, postos de saúde, pequeno comércio, entre outros serviços que ajudam a melhor qualidade de vida de seus moradores, disponibilizados à população local.

As pessoas que residem nessas três comunidades citadas desenvolvem trabalhos em atividades alternativas conjuntamente com à agricultura familiar. Nessas comunidades, a maioria das famílias tem pequenos comércios. Algumas famílias têm um ou dois indivíduos que trabalham e/ou desenvolvem atividades na área da zona urbana. Porém, mesmo exercendo atividades não agrícolas, averiguamos que essas famílias, no período de inverno, empenham a

sua força de trabalho nas suas atividades camponesas. Assim como nos indica Carneiro (1998), essas famílias podem ser caracterizadas como famílias pluriativas.

Ainda nessas três comunidades citadas - Melancias, Várzea da Ema e Malhada Bonita, foi possível constatar mais de um estabelecimento de pequeno comércio, que atende, especialmente, a demanda da população local. Também, nessas comunidades encontramos pequenas áreas de lazer, equipadas com bares e balneários os quais, nos finais de semana, atraem visitantes de diferentes municípios circunvizinhos. Esse pequeno comércio geralmente fica localizado próximo da residência do proprietário ou em sua própria residência, em geral administrado pela própria família do proprietário.

No entanto, as outras comunidades como, por exemplo, o caso da Lagoa Grande, Rua Nova e São Bento não conseguiram apresentar ainda um desenvolvimento significativo de atividades não agrícolas, pois muitos dos seus moradores migraram para outras comunidades rurais e, em alguns casos, ocorreu o êxodo rural. Em referência ao trabalho no campo, ao conversar com alguns moradores, averiguamos que muitas famílias migraram para outras cidades a procura de empregos e de uma melhoria de vida.

Em sua maioria, os pontos de comércio que existiam nessas comunidades encontram-se fechados, bem como as escolas que lá existiam. Igualmente, nessas comunidades não registramos que exista áreas de lazer. Ou seja, a inexistência desses serviços dificulta a possibilidade de melhoria da qualidade de vida da população local, contribuindo também para aumentar o êxodo rural, especialmente a ausência de unidades escolares.

Igualmente, em Lagoa Grande, Rua Nova e São Bento as possibilidades de uma melhor qualidade de vida e de outras formas de trabalho que não sejam voltadas à agricultura são poucas ou inexistentes. As poucas famílias que residem nelas, desenvolvem pequenas atividades agrícolas e, basicamente, sobrevivem da aposentadoria e dos programas governamentais, como por exemplo, o antigo Bolsa Família implantado no Governo de Lula.

Alguns moradores dessas comunidades deslocam-se diariamente para a cidade, onde desenvolvem atividades secundárias para complementar a renda familiar. Porém, esses moradores mantêm também vínculos ainda à agricultura. Dentre as atividades mais frequentes foram apontadas as seguintes: cargos secundários na prefeitura; pequenos comerciantes; vendedoras autônomas; empregadas domésticas; e pedreiros.

De modo geral, observamos que por mais que em algumas comunidades rurais do município de Santa Helena, como por exemplo, em Melancias e Várzea da Ema, as atividades econômicas desenvolvidas não sejam exclusivamente agrícolas, a agricultura ainda é a principal fonte de renda da maioria das famílias residentes, sendo a forma de renda exercida pela maior

parte de sua população. Assim, entendemos que essas comunidades estão fortemente inseridas no circuito inferior da economia, pois apresentam características desse circuito. Dentre essas características, como nos orienta Santos (1979), apontamos: tecnologia empregada em seus trabalhos baixa ou rudimentar; trabalho intenso sem acumulação de capital; o lucro obtido por essas famílias é suficiente apenas para a alimentação.

Além disso, não existe a divulgação formal desses pequenos estabelecimentos comerciais, pois a divulgação existente é algo feito pelos próprios moradores de modo informal. O trabalho dessas famílias por mais duro e intenso que seja só é suficiente para suprir as necessidades básicas de suas famílias.

3.3 Pequenas aglomerações populacionais e estabelecimentos comerciais: uma breve história

O comércio teve início nas comunidades rurais quando ainda não existia uma divisão propriamente dita entre rural e urbano. As pessoas se encontravam para troca de suas mercadorias ou serviços. O comércio sempre esteve presente na história das civilizações. Ao longo do tempo, o que mudou, foram as dinâmicas que ocorreram nele e suas formas. As trocas de produtos foram substituídas pela moeda. Os pontos das feiras onde os comerciantes se encontravam para as trocas tornaram-se grandes centros e mais tarde cidades.

As mercadorias tinham produção familiar, com um caráter artesanal, além da troca de alimentos e serviços. Ao longo do tempo, com a modernização, a industrialização e o avanço tecnológico, as mercadorias artesanais foram substituídas por mercadorias produzidas com um impulso tecnológico e em grandes quantidades. Com isso, as pequenas feiras foram aos poucos sumindo e abrindo espaço para as empresas e grandes comércios. Segundo Santos (2002), é normal o desaparecimento das feiras tradicionais, neste contexto de modernização. Porém, ainda podemos observar as pequenas formas de comércios nas áreas rurais, onde novas formas de atividades não agrícolas vêm se desenvolvendo de uma forma acelerada.

Ao longo das últimas décadas, a visão de que a economia rural é necessariamente agrícola foi cada vez mais desmitificada. Alguns autores realizaram estudos acerca do tema, comprovando como os agricultores têm buscado desenvolver outras atividades econômicas dentro dos espaços rurais que não são exclusivamente agrícolas. Klein (1992), destaca que, cada vez mais, a renda familiar rural vem se diversificando. Isto decorre da percepção de que um número crescente de agricultores tem obtido renda a partir de atividades não agrícolas. Davis (2003), este setor tem fornecido entre 40% e 60% da renda e do emprego dentro das áreas rurais.

Observamos esses pequenos comércios como uma forma de alternativa aos trabalhos voltados a agricultura. Berdegue *et. al* (2000), entendem que a renda das atividades não agrícolas, na América Latina, é parte da solução de três questões: a pobreza rural, a modernização do setor agrícola e as novas configurações dos espaços rurais. Sobre a pobreza rural, Ferreira e Lanjouw (2001), notam que a incidência da pobreza no Nordeste brasileiro é bem maior nas áreas rurais do que nas urbanas. Neste estudo eles constatam que 48,8% das famílias rurais são pobres, enquanto, nas áreas urbanas, esse percentual é de 30,7%.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE, mostram que no ano de 1997 havia mais de 4 milhões de pessoas com residência rural no Brasil e que estavam ocupadas nessas atividades não agrícolas. A falta de infraestrutura como estradas, eletricidade, telecomunicações e a falta do próprio consumidor são exemplos dessas complexidades enfrentadas pelo pequeno empreendedor rural. No entanto, essas dificuldades não fizeram com que as atividades não agrícolas no campo parassem de crescer numericamente. A busca por uma melhoria na renda familiar faz com que o pequeno produtor ou o pequeno comerciante persistam no seu empreendimento. Dessa forma o pequeno comerciante do campo vai conseguindo vencer a cada dia.

4 ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NA ZONA RURAL DE SANTA HELENA

Este capítulo visa apresentar uma análise das mudanças nas formas de ocupação do trabalho, no meio rural de Santa Helena, a partir da pesquisa de campo em comunidades rurais na região. Tomando como base as comunidades de Malhada Bonita, Melancias e Várzea da Ema, com o objetivo de obter o detalhamento dessas novas formas de trabalho.

4.1 O pequeno comércio na zona rural de Santa Helena

Conforme admite Reardon *et. al* (2006), as decisões de inserção dos domicílios rurais no rol das atividades rurais não agrícolas têm sido tomadas frequentemente pelos membros das famílias, e estes avaliam não apenas em quais atividades vão alocar a sua força de trabalho, mas também em que cenário econômico essa decisão será tomada. O referido autor mostra como está aumentando com frequência a diversidade de trabalho no campo brasileiro. No município de Santa Helena esse fenômeno não foi diferente, por meio de observações diretas, feitas nas comunidades rurais do município, podemos ver cada vez o aumento de famílias pluriativas.

Conforme já citamos, alguns fatores que levaram ao aumento do trabalho não agrícola no campo foram a modernização, por meio da qual uma nova geração de jovens busca empregos melhores e com remuneração maior, a facilidade para o ingresso em universidades públicas e privadas, fator que contribui para a qualificação desses jovens que conseguiram melhores cargos de emprego. Igualmente, é importante destacar a precariedade da assistência técnica e financeira por parte do governo em diferentes níveis administrativos.

Em estudos realizados para a América Latina, Berdegue (1999), têm evidenciado que o nível de escolaridade é um determinante fundamental ao acesso as atividades rurais não agrícolas. A tendência é que quanto maior o grau de escolaridade melhores serão as ofertas de empregos.

As formas de atividades não agrícolas distribuídas nas comunidades do meio rural de Santa Helena são diversificadas. Entre elas podemos citar: empregadas domésticas, costureiras, babás, pedreiros, motoristas, sacoleiras, professores e pequenos comércios. Por meio de uma conversa informal com comerciantes de algumas comunidades rurais pudemos identificar que, mesmo com um maior grau de escolaridade, alguns optaram pelo comércio, não exercendo seu cargo de formação acadêmica. Esse fato pode estar associado à dificuldade para ingressar no ramo de trabalho de acordo com sua formação acadêmica. O pequeno comércio tanto de

serviços de lazer como o de alimentos são as formas mais comuns de atividades não agrícolas no meio rural de Santa Helena.

O pequeno comércio na zona rural de Santa Helena é caracterizado por ser comércios pequenos com uma variedade de produtos limitada, sendo esses produtos os de necessidades básicas dos moradores, como por exemplo, os produtos de higiene e os alimentícios. Esses pontos comerciais, em sua maior parte, ficam localizados bem próximos às casas dos proprietários ou na própria casa.

As pessoas empregadas nesses estabelecimentos geralmente são pessoas da própria família e, após uma observação feita nesses estabelecimentos, diagnosticamos que quem toma conta desses pequenos comércios geralmente é o patriarca da família e a sua esposa. Quando tem filhos que não estão ocupados em outras atividades, os mesmos também ajudam nas atividades do comércio. Com isso, o proprietário do estabelecimento tenta cortar ao máximo os seus gastos, disponibilizando pessoas da própria família para ajudar.

Esses pequenos comércios antigamente tinham uma venda muito maior do que atualmente. Tal fato está relacionado à dificuldade de locomoção que as pessoas tinham, ou seja, a falta de transporte para se deslocarem até uma cidade vizinha para fazer suas compras do mês. A própria dificuldade na forma de pagamento, pois não era todos que tinham acesso a cartões de créditos, o pagamento à vista era a principal forma de pagamento. A quantidade de comércios por comunidades rurais também era menor, conseqüentemente tinham um numero maior de clientes.

Assim, podemos dizer que, com o passar do tempo, o avanço tecnológico e a modernização, tudo ficou mais fácil. Agora as pessoas têm a disponibilidade de transporte que faz linhas com outras cidades, existem mais formas de pagamentos, com isso os pequenos mercados perderam espaço para os supermercados. Através de conversas e observações foi possível diagnosticar que muitos moradores saem para cidades vizinhas como Santa Helena, Cajazeiras e Ipaumirim-CE para realizarem suas compras do mês. Os pequenos mercados ficam destinados principalmente a pequenas compras complementares feitas durante a semana. Com essa queda nas compras e com a concorrência desigual dos grandes mercados alguns comerciantes ainda se veem obrigados a desenvolver alguns trabalhos relacionados com o campo.

Entretanto, assinalamos uma exceção nessa queda de clientes nos estabelecimentos voltados ao lazer, consta que alguns deles empregam outras pessoas fora do centro familiar, em função de uma maior demanda dos serviços. O público desses serviços, ao contrário do comércio de alimentos que teve uma queda, aumentou. Uma das causas apontadas, segundo os

moradores, deve-se ao fato de que as pessoas querem passar seus finais de semanas em lugares diferentes da cidade.

Portanto, o público que frequenta esses espaços de lazer geralmente são pessoas de cidades vizinhas que vão para balneários, para bares nos sítios em busca de lazer e/ou descanso. Essa demanda gera emprego e renda. Como podemos observar, *in loco*, essa forma de lazer vem aumentando nas comunidades rurais. No município pesquisado, Santa Helena, temos o exemplo de Várzea da Ema, onde seus balneários atraem pessoas de localidades próximas, gerando crescimento para o lugar. A seguir iremos detalhar essas atividades não agrícolas que são exercidas nas comunidades rurais do município de Santa Helena.

4.2 Tipologia e caracterização das atividades não agrícolas no campo

Como admitem Laville e Dionne (1999, p.165), "a informação constitui sempre a provisão de base dos trabalhos de pesquisa". É sobre ela que se estabelecem, de uma parte, o procedimento, principalmente indutivo", que inclui a construção do problema e da hipótese. Para a verificação dessa última, a informação requer o procedimento dedutivo.

Assim, dentre os procedimentos metodológicos possíveis de uso para a validação dos nossos questionamentos acerca das atividades não agrícolas desenvolvida por alguns moradores residentes na zona rural de Santa Helena, optamos pela observação tanto estruturada como participante, com o objetivo de coletarmos mais informação sobre essas atividades. De modo particular, o uso da observação *in loco* foi facilitado pelo fato de residir no município e de conhecer boa parte de sua zona rural.

Com base na orientação de Laville e Dionne (1999), inicialmente elaboramos um breve plano com o roteiro de dados que necessitávamos obter a partir das observações realizadas *in loco*, cuja finalidade era coletar o máximo de informações sobre aquelas atividades. A opção pela observação estruturada se deu em função da necessidade de uma atenção mais centrada sobre os aspectos relacionados às atividades não agrícolas no campo. Esse tipo de observação com o uso da elaboração prévia do plano de observação foi importante para a sistematização das informações desejadas, reduzindo os riscos e equívocos e/ou omissões no processo de caracterização e comparação entre os estabelecimentos.

O plano de observação elaborado foi aplicado nas comunidades selecionadas como recortes territoriais para análise, a saber: Malhada Bonita, Melancias e Várzea da Ema, e incluiu, por exemplo, a observação sobre o tipo de atividades não agrícolas desenvolvidas nos estabelecimentos comerciais; a localização e a estrutura construtiva dos estabelecimentos; a

existência ou não de equipamentos de lazer; o perfil e a origem dos consumidores; o perfil e a origem dos trabalhadores dos estabelecimentos.

Para complementar esse procedimento de obtenção de dados, utilizamos também a observação participante, a partir do momento em que passei a ter uma participação direta e pessoal, contudo, mantivemos a coleta das informações de forma metódica. No momento da observação participante foram realizadas tanto notas descritivas como analíticas, com a inserção de reflexões pessoais, como pesquisadora, moradora do município e consumidora de alguns estabelecimentos pesquisados. Como assinala Laville e Dionne (199. p. 180-181):

À observação participante permite "ver longe", levar em consideração várias facetas de uma situação, sem isolá-las umas das outras; entrar em contato com os comportamentos reais dos atores, com frequência diferentes dos comportamentos verbalizados, e extrair o sentido que eles lhes atribuem.

Dessa forma, reafirmamos a nossa compreensão de que a observação constitui um meio fundamental de coletar/obter informações. Entretanto, tornou-se necessário complementar a técnica da observação com outras técnicas e instrumentos, como por exemplo, a coleta de depoimento de pessoas, a realização de breves entrevistas, o uso de fotografias como registro de memórias de minhas observações.

Por meio de entrevistas (não) estruturadas foi possível obtermos alguns depoimentos, bem como fizemos uso da aplicação de questionários uniformizados, com questões abertas e fechadas. Ao recolhermos alguns depoimentos de moradores da zona rural, donos de estabelecimentos e consumidores dos serviços oferecidos permitiram os conhecimentos das pessoas, opiniões, perspectivas acerca da existência de atividades não agrícolas na zona rural de Santa Helena.

Através de observações e conversas foi possível identificar várias mudanças nas formas de trabalhos na zona rural santelenense, não vinculadas à agropecuária Como nos referimos, essas atividades são principalmente vinculadas ao comércio, gestão pública, trabalhos autônomos, tais como: vendedoras de roupas, revistas, babá, manicure, empregada doméstica. Como vimos, ao longo da pesquisa, essas mudanças ocorreram por vários fatores, como a modernização e acesso aos meios de transportes e de comunicação; a facilidade maior em desenvolver alternativas de trabalho, mesmo morando no campo; bem como a melhoria das condições de vida resultante da geração de uma renda complementar para uma parcela da população que reside nessas comunidades populacionais da zona rural, viabilizada por meio do trabalho não agrícola.

Graziano (1997), ao realizar sua pesquisa observou que as mulheres são as que mais exercem atividades fora da agricultura. Graziano da Silva e Del Grossi (1997), consideram a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados a resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada. A agricultura é um trabalho pesado e, por ser um trabalho que necessite de mais força, ele sempre foi designado aos homens da família, uma cultura que permanece até os dias atuais. Assim, as mulheres ficavam encarregadas dos afazeres domésticos e de cuidar dos seus filhos.

Com o passar do tempo, as mulheres necessitando obterem alguma renda começaram a sair de suas casas para assumir diferentes postos de trabalho. Dentre esses postos, elas exercem trabalhos como: costureiras, manicures, cabelereiras, empregadas domésticas, cozinheiras, sacoleiras. Enquanto algumas conseguiram abrir pequenas lojas de roupas, outras obtiveram a qualificação, a exemplo da inserção cada vez maior de mulheres nos cursos superiores, universidades, tornando-se professoras, enfermeiras entre outras profissões. Fora da agricultura o leque de possibilidade de tipos de atividades ofertados para mulheres parece ser maior do que para os homens.

A abertura de escolas e postos de saúde nas comunidades rurais também proporcionaram a geração de empregos para os moradores daquela região. Outra atividade que tem crescido bastante para os moradores das comunidades rurais pesquisadas em Santa Helena é a de professor, resultado da facilidade de ingresso nos cursos superiores ofertados nas universidades situadas, por exemplo, na cidade de Cajazeiras. Essas atividades são exercidas tanto nas comunidades rurais, como também no município de Santa Helena, por moradores residentes na zona rural que se deslocam diariamente até a cidade para trabalhar.

O pequeno comércio de alimentos, de lazer e de roupas foi outra forma de trabalho que os moradores dessas comunidades de Malhada Bonita, Melancias, Várzea da Ema viram como uma possibilidade de obter uma renda melhor. Isso porque, muitos dos moradores dessas comunidades demandam diariamente por mercadorias e serviços não podendo sempre se deslocar para as cidades mais próximas para fazerem as suas compras.

O comércio de alimentício, incluindo mercadinhos, bares, pequenos restaurantes foi o primeiro que surgiu nessas comunidades rurais santelenenses e, depois, alguns começaram a disponibilizar de comércios de roupas, de outros produtos em geral. Através de observações feitas em campo, foi possível identificar um comércio localizado no sítio Malhada Bonita no qual a dona disponibilizava inúmeras formas de produtos, desde utensílios domésticos, como

panelas, a brinquedos infantis. Isso significa que, a partir da oferta diversificada de suas mercadorias ela busca suprir parte das necessidades daqueles moradores.

Outra forma de comércio comum que foi possível identificar nessas comunidades foi de roupas, em todas as comunidades rurais visitadas, apenas um tinha uma loja física de roupa, sendo ela em Várzea da Ema, cuja loja localiza-se na casa da proprietária. Ela separou um cômodo localizado na parte da frente da casa e montou sua loja. Em outras comunidades, como em Melancias, existem mulheres que também comercializam roupas, porém elas não têm lojas físicas. Elas fazem uso da Internet, montando suas lojinhas *online*.

Por meio das redes sociais, como por exemplo, Instagram, Whatsapp, o cliente escolhe suas peças e a proprietária realiza a entrega. Conforme a coleta de informações, por meio de depoimentos, a Internet passou a ser uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento das atividades não agrícolas, realizadas pelos pequenos comerciantes locais, tanto no que se refere à divulgação de produtos e de serviços, como nas vendas. O acesso à Internet assegurou ao pequeno comerciante uma maior possibilidade de venda e de propaganda dos diferentes serviços ofertados na zona rural.

Como já fizemos menção, o comércio de alimentício tornou-se a primeira forma de comércio que surgiu na zona rural de Santa Helena, quando os comerciantes ficavam na linha do trem a espera dos passageiros para comprarem as suas mercadorias. Como vimos, anteriormente, há alguns anos, existia pouco comércio alimentício nas comunidades rurais, por conta da dificuldade em conseguir um capital para dar início ao empreendimento, como também das dificuldades de transportes e a falta de melhoramento das estradas de acesso.

Recentemente, conforme alguns depoimentos, houve uma maior facilidade de acesso ao crédito para as pequenas atividades comerciais, contudo, observamos que ainda há uma grande burocracia e muitos comerciantes informais não são contemplados com crédito bancário.

Nas comunidades rurais que foram visitadas, foi possível observar que existem alguns que possuem uma média de três pequenos comércios por comunidade rural, como é o caso da Malhada Bonita, Melancias e Várzea da Ema. Essa demanda vai ocorrer de acordo com a população, pois essas três comunidades citadas possuem uma maior população, tem uma extensão territorial maior, e isso faz com que sejam mais desenvolvidas. Nas imagens 1 e 2 podemos observar esses pequenos comércios.

Figura 1 – Comércio localizado na comunidade de Malhada Bonita



Fonte: Dantas (2022).

Figura 2 – Comércio localizado na comunidade de Melancias



Fonte: Dantas (2022)

Algumas estratégias são usadas por esses pequenos comerciantes. Os proprietários sabendo que seu comércio é destinado, principalmente a pequenas compras, buscam comprar mercadorias variadas, mas em pequenas quantidades. Fazem a propaganda de seus comércios “boca a boca”, outra forma de estratégia usada, vender produtos que, geralmente são vendidos no pacote fechado, então eles vendem por unidades. Tais características inserem essas

atividades no circuito inferior da economia, como discute Santos (1979), São essas pequenas coisas que fazem com que eles consigam manter o seu pequeno comércio. Em geral, os estabelecimentos observados funcionam para a maioria da população como um meio de amparo para as compras emergenciais de produtos.

Quanto ao comércio de lazer, observamos a existência de balneários, bares e restaurantes, impulsionando o aumento do turismo local, inclusive nas comunidades recortadas para a análise. Esse aumento está relacionado tanto à melhoria das vias de acesso às comunidades rurais, como ao uso dos transportes particulares e, como já apontamos, deve-se também ao maior acesso à Internet, por meio da qual são divulgados os balneários e os bares e restaurantes.

De modo especial, em Várzea da Ema, observamos cada vez mais o crescimento do número de estabelecimentos de serviços de lazer, conforme mostramos na figura 03. Segundo depoimentos dos proprietários, essa atividade é lucrativa. A origem dos clientes é tanto do local, mas também de outros municípios próximos, a exemplo de Cajazeiras e São João do Rio do Peixe. Os trabalhadores desses estabelecimentos são todos moradores da própria comunidade rural de Várzea da Ema, os proprietários são pessoas com mais idade, pessoas com experiências, já seus funcionários geralmente são adolescentes que conciliam seus estudos com trabalho.

Figura 3 – Comércio de lazer na comunidade de Várzea da Ema



Fonte: <https://restaurantguru.com.br>

Apesar das atividades não agrícolas terem crescido bastante da zona rural, uma parte da população ainda se concentra em atividades exclusivamente agrícolas ou dividem seu tempo em atividades agrícolas com atividades não agrícolas. Por meio de conversas foi possível identificar alguns comerciantes que ainda se ocupam em atividades agrícolas ou pecuárias, como a criação de gado, atividade que mais tem destaque, geralmente esses moradores da zona rural veem a criação de gado como uma boa forma de investimento. Outra atividade é o plantio de roças de feijão, realizado durante o inverno, cuja pequena produção é destinada a subsistência e a venda do pouco excedente e também para comercialização, sendo o de maior destaque o feijão.

De modo geral, nas comunidades de Malhada Bonita, Várzea da Ema e Melancias é muito difícil apontarmos as famílias que sobrevivem apenas de trabalhos agrícolas. Geralmente, um membro da família desenvolve uma atividade não agrícola para ajudar na renda familiar. Quando nenhum membro desenvolve outra forma de trabalho não agrícola, há um indivíduo da família que é aposentado, ajudando na renda da família.

4.3 Perfil dos comerciantes

Para entender a pluriatividade das famílias, o ponto de partida são as pessoas. Por isso, identificar o perfil do comerciante é fundamental para entendermos essa dinâmica no mercado de trabalho local. Ao analisarmos o perfil do comerciante que reside nos pequenos aglomerados rurais do município de Santa Helena, observamos que a faixa etária dessas pessoas é de 30 anos, e a maioria dos estabelecimentos comerciais é comandada por homens, sendo eles os chefes das famílias, enquanto que as suas mulheres atuam em diferentes atividades domésticas.

O grau de escolaridade dos comerciantes observados quase sempre é o ensino médio completo. A escolaridade é um fator importante para definir o tipo de emprego de qualquer pessoa, não sendo diferente com os moradores desses pequenos aglomerados. A escolaridade dos indivíduos que residem na zona rural e exercem atividades exclusivamente agrícolas geralmente é de ensino fundamental completo, enquanto moradores pluriativos, não agrícolas, apresentam níveis de escolaridade relativamente mais elevado. Entendemos que para esses moradores desempenharem atividades comerciais não agrícolas é necessário ter um mínimo de qualificação.

A composição familiar desses comerciantes observados é de poucos filhos, estando em uma faixa entre um a três filhos por família. Esse perfil de família mudou bastante, pois algum tempo atrás, o tamanho da prole era maior, uma família tinha, em média, cinco filhos, os quais

constituíam mão de obra não remunerada utilizada nas atividades agrícolas. Na atualidade, com maior acesso à informação, o desenvolvimento de atividades não agrícolas, essas famílias tendem a diminuir a quantidade de filhos.

Existem as famílias cujos filhos já não moram mais com seus pais. O estudo de diversos autores, como Mattei (1999) e Schneider (2007), conclui que os filhos já não moram com os pais no meio rural, exatamente porque buscam oportunidades de emprego e estudo nas cidades. A probabilidade maior de jovens que saem de suas casas na zona rural é, geralmente, de famílias que exercem atividades agrícolas ou não agrícolas e que têm melhores condições para mandarem os seus filhos estudarem na cidade. Como podemos observar, em geral, esses jovens tendem a trabalhar na cidade, melhorando a renda familiar.

Quanto a relação com os seus clientes, notamos que isso é algo bem pessoal, pois, em geral, são pessoas conhecidas, moradores de outras localidades rurais próximas ou, até mesmo, são parentes. Pelos relatos dos comerciantes, especialmente dos proprietários de bares e restaurantes, existem consumidores locais que frequentam os seus estabelecimentos de forma habitual, muito embora, registramos também a presença de consumidores residentes nas cidades circunvizinhas, a exemplo de Cajazeiras, São João do Rio do Peixe, dentre outros.

De modo geral, averiguamos que os comerciantes de atividades não agrícolas da zona rural abriram seus comércios por conta própria, uma pequena parte recorreu a programas de crédito bancário facilitado. Como informaram, esses comerciantes são pessoas que trabalhavam exclusivamente com a agricultura e, ao longo do tempo, conseguiram juntar um pequeno capital, o qual foi sendo investido em seus estabelecimentos.

Como são comércios pequenos, não há um grande número de clientes, portanto os seus lucros são baixos, conforme informaram. Os ganhos são suficientes apenas para subsistência mínima da família e para manterem as suas atividades. Uma boa parcela desses pequenos comerciantes, durante a semana, ainda exerce poucas atividades agrícolas, para complementar as suas rendas.

Assim, o padrão de vidas dessas pessoas é baixo. Trabalham, sobretudo para subsistência, garantindo, por exemplo, diariamente ter as refeições com mais qualidade. Poucos são os que possuem automóveis, contudo, quase todos eles possuem uma moto, servindo como meio de transporte. Registramos também que poucos são os comerciantes com melhores condições de vida e que podem viajar pelo menos uma vez por ano.

As informações obtidas por esta pesquisa acabaram reforçando as hipóteses colocadas pelo Projeto Rurbano, que também serviu de base para a elaboração da pesquisa. O Projeto Rurbano foi desenvolvido no ano de 1997, no qual analisou o meio rural brasileiro que ficou

conhecido como o “novo rural”. Esse novo rural identificado por Graziano engloba quatro grandes subconjuntos: (i) o agribusiness; (ii) um conjunto de atividades de subsistência; (iii) uma série de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e de prestação de serviços; e (iv) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, inseridas em nichos específicos de mercados (SILVA,1999). Nesse caso, os pesquisadores passam a analisar as novas funções e atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelo campo.

As dificuldades enfrentadas por esses comerciantes são inúmeras como vimos ao longo da pesquisa. Dentre elas, assinalamos a falta de incentivo governamental, as dificuldades para obter um capital inicial, e/ou um capital para expandir e divulgar o seu pequeno comércio. Outras dificuldades foram apontadas pelos comerciantes com quem conversamos, a exemplo da concorrência desigual com os grandes supermercados, restaurantes e bares das cidades circunvizinhas, a falta de tempo para se dedicar exclusivamente a seus comércios, já que boa parcela desses comerciantes exerce mais de uma atividade para complementar a sua renda.

De modo igual, alegaram a falta de informação e de curso de qualificação, este último, para eles, deveria ser disponibilizado pela Prefeitura Municipal como uma preparação adequada para os pequenos comerciantes e para os que estão começando suas atividades comerciais, querendo orientações de como organizar o seu negócio.

Vale lembrar que o circuito inferior é uma forma de atividades de pequenas proporções com um mínimo de capital aplicado, discutido por Milton Santos (1979). Muito embora o referido autor examine esse circuito na zona urbana, nesta pesquisa utilizamo-lo para analisar as atividades não agrícolas desenvolvidas pelos pequenos comerciantes residentes na zona rural de Santa Helena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar e compreender como está estruturado o circuito inferior nas comunidades rurais do município de Santa Helena, com ênfase nos pequenos comércios existentes nessa região. A partir da teoria dos dois circuitos da economia, com ênfase no circuito inferior, no qual foi possível compreender, de melhor forma, as estratégias dos pequenos comerciantes das comunidades rurais para obterem um complemento de renda a partir do desenvolvimento de atividades não agrícolas.

De modo geral, observamos que esses pequenos comércios se caracterizam pelo baixo investimento de capital, pela inexistência de capital de giro, pouca diversidade de mercadorias, ausência de propagandas mais elaboradas e, predominantemente, atendem a população local. Além disso, muitos são informais e não há ajuda governamental.

Outra constatação importante, resultado da pesquisa, é que algumas famílias, residentes nas comunidades pesquisadas, a saber: Várzea da Ema, Malhada Bonita e Melancias, podem ser denominadas como pluriativas. O fenômeno da pluriatividade característica pode ser considerado como forma de trabalho inconsistente, sendo realizado apenas por necessidade financeira, porém, essa pluriatividade também pode ser vista como uma forma de abandono das atividades agrícolas no campo.

Podemos identificar claramente, na área de estudo na qual esta pesquisa foi desenvolvida, um conjunto de atividades de subsistência, uma série de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades de prestação de serviços. Enfatiza-se, portanto, um novo ator social neste “novo rural”: as famílias pluriativas, que deixam de ser trabalhadores exclusivamente agrícolas para serem trabalhadores assalariados ou por conta própria, combinando diferentes formas de ocupação, sendo elas formais ou não, em vários ramos de atividades não agrícolas.

O crescimento da tecnologia, o avanço dos meios de comunicação e o aumento do grau escolaridade impactam diretamente sobre a forma de trabalho desenvolvida, o que, conseqüentemente, irá impactar na renda familiar. A pesquisa também confirmou a importância da diversificação das estratégias para obtenção de rendas complementares ou não, a partir do desenvolvimento de atividades não agrícolas.

O desenvolvimento de atividades não agrícolas que se encaixam no circuito inferior da economia surge como uma possibilidade de geração de renda extra e, em muitos casos, é a única forma de renda familiar, fundamental a sobrevivência dos moradores dessas comunidades

rurais. Esse circuito torna-se então forma de abrigo para muitos indivíduos que se encontram nesse estado de necessidade.

Neste trabalho, analisamos as formas de atividades não agrícolas nas comunidades rurais de Santa Helena, com foco nos pequenos comércios, podendo contribuir para o debate sobre esse novo rural, discutindo condições reais de famílias das comunidades investigadas que buscam diversificar os seus novos meios de trabalho.

Com base na leitura e interpretação dos textos no decorrer da pesquisa percebe-se que, a pluriatividade, e a análise do circuito inferior de Milton Santos com enfoque no pequeno comércio nas comunidades de Santa Helena, foram de grande importância para compreendermos as dinâmicas socioespaciais e econômicas nas comunidades pesquisadas. Assim, deixamos as nossas constatações e dados como uma contribuição inicial para estimular futuros estudos e para chamar a atenção do poder público para a necessidade de uma intervenção significativa em diferentes escalas administrativas para subsidiar, orientar e apoiar os pequenos comerciantes não agrícolas, residentes na zona rural.

REFERÊNCIAS

BERDEGUÉ, J. A., REARDON, T.; ESCOBAR, G. *Empleo e ingreso rurales nos agrícolas en américa latina y el caribe*. In: DEVELOPMENT OF THE RURAL ECONOMY AND POVERTY REDUCTION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. New Orleans, Louisiana, Mar., 2000.

Botelho, F. **Atividades Não-agrícolas no Distrito Federal 1992/1995**. In: Anais do 36º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas, 10 a 14 de agosto de 1998.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

DAVIS, J.R.; BEZEMER, D.J., Key emerging and conceptual issues in the development of the rural non-farm economy in developing countries and transition economies. Report 2, DFID unpublished mimeo.2003.

DELGADO, Guilherme C. **Questão agrária no pós-guerra e sua configuração contemporânea**. Brasília, abr. 2004.

FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P. *Rural non-agricultural activities and poverty in the brazilian northeast*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2000. (Texto para Discussão, n. 428).

FULLER, A. **From part-time to pluriactivity: a decade of change in rural europe**. Journal of Rural Studies, Great Britain, 6(4):361-373. 1990.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Projeto Rurbano, Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo - FAPESP**. In Gazeta Mercantil, 1998.

GRAZIANO, da Silva, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, 1997.

GRAZIANO, da Silva, J; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Economia. ANPEC, Recife-PE. 1997.

JOHN, Mister. **Pensador**, 2005. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTUzMzM5MQ/> Acesso em: 08/11/2021.

KLEIN, E. *El empleo no agrícola en America Latina* Prealc-OIT, n.364, ago. 1992.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber. **Belo Horizonte: UFMG**, v. 340, p. 1990, 1999.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. (Tese de Doutorado). Unicamp. Campinas, SP. 1999.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. Prefeitura municipal de Santa Helena disponível em: <https://www.santahelena.pb.gov.br/cont.php?pag=historia> .Acesso em: 01/02/2022.

REARDON, T. Rural nonfarm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications. *World Development*, v. 29, n. 3, Mar. 2001.

SANTOS, Edinilza Barbosa dos. **Os pequenos centros comerciais e a (re) organização do espaço urbano: o caso do bairro Manaíra em João Pessoa – PB**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos** – Rio de Janeiro: F. Alves. 1979.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2003.

Silva, P.L.N.; Pessoa, D.G.C.; Lilá, M.F. **Análise Estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral**. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva. 2002.

Silva, R. D. da. Rio de Janeiro: **Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional 1930-2000**. 2004. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/IE, 166p.

Souza, M. **As ocupações rurais não-agrícolas na Região Leste do Estado do Paraná**. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 655-668. 1998.

LINKIS PESQUISADOS

Imagem de localização das comunidades rurais

<http://diogosdnteste.blogspot.com/2011/02/mapa-do-municipio-de-santa-helena-pb.html>

Acesso dia 15-03-22. as 17:44

<https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil> linha do tempo sobre o covid. Acessado 15/03/2022 as 18:00

<https://restaurantguru.com.br/Bar-da-Galera-Brazil> foto do bar do canal dia 27-03 as 07:48